

ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS EMPRESARIAIS
INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL
REGIMENTO INTERNO
DO CONSELHO TÉCNICO-CIENTÍFICO

I – DISPOSIÇÕES GERAIS

1 - O Regimento Interno do Conselho Técnico-Científico, adiante designado pela sigla RICTC, define as normas de funcionamento deste órgão.

2 - O Conselho Técnico-Científico, adiante designado pela sigla CTC, tem as competências constantes dos Estatutos da Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal (ESCE-IPSetúbal), nomeadamente as definidas na Secção III, artigo 26,º e da demais legislação em vigor.

II – COMPOSIÇÃO

3 - O CTC, de acordo com o art. 25º dos Estatutos da ESCE-IPSetúbal, é constituído, no máximo, por 25 membros com a seguinte composição:

- a) 5 Professores de carreira, com a categoria de Professor Coordenadores ou Professor Coordenador Principal;
- b) 9 Professores de carreira, com a categoria de Professor Adjunto;
- c) 2 Equiparados a professor em regime de tempo integral com contrato com a ESCE-IPSetúbal há mais de dez anos nessa categoria;
- d) 2 Docentes não abrangidos pelas alíneas anteriores, com o grau de doutor, em regime de tempo integral, com contrato com a ESCE-IPSetúbal há mais de dois anos;
- e) 5 Representantes das unidades de investigação reconhecidas e avaliadas positivamente nos termos da lei, no máximo de um elemento por cada;
- f) Director, caso não integre o CTC, que participa sem direito a voto (nº 14, art. 25º);

4 - Podem ser convidados a participar no CTC, sem direito a voto:

- a) Directores de Curso;
- b) Presidentes de Departamento;
- c) Outros elementos, desde que a sua participação seja considerada relevante.

III – FUNCIONAMENTO

5 - O CTC funciona em:

- a) Plenário;
- b) Comissão Executiva.

6 - O CTC tem um Presidente que é coadjuvado nas suas funções, por um Vice-Presidente e um Secretário nomeados livremente nos termos do nº 10 e 11 do artº 25º dos Estatutos da ESCE-IPSetúbal.

7 - A eleição do Presidente é efectuada, na primeira reunião, por votação em escrutínio secreto, entre os seus membros, por maioria absoluta dos votos expressos (nº7 do art. 25º). Se numa primeira volta isso não acontecer, haverá lugar a uma segunda volta com os dois candidatos mais votados na primeira volta, sendo eleito o que obtiver maior número de votos.

8 - O Presidente do CTC exerce as suas funções nos termos da lei, convocando e presidindo ao Plenário e à Comissão Executiva, dispondo de voto de qualidade quando aplicável.

 1

9 – O Vice-Presidente do CTC substitui o Presidente do CTC, nas suas faltas ou impedimentos temporários (nº 10 do art. 25º).

IV – PLENÁRIO

10 – O Plenário do CTC é composto por todos os membros do Conselho.

11 – Compete ao Plenário do CTC:

- a) Eleger o Presidente;
- b) Elaborar e aprovar o seu regimento;
- c) Apreciar a componente das actividades científicas do plano de actividades da ESCE/IPSetúbal;
- d) Pronunciar-se sobre a criação, transformação ou extinção de unidades orgânicas do IPSetúbal;
- e) Deliberar sobre a distribuição de serviço docente, sujeitando-a a homologação do Director;
- f) Pronunciar-se sobre a criação de ciclos de estudos e aprovar os respectivos planos de estudos;
- g) Propor ou pronunciar-se sobre a concessão de títulos ou distinções honoríficas;
- h) Propor ou pronunciar-se sobre a instituição de prémios escolares;
- i) Propor ou pronunciar-se sobre a realização de acordos e de parcerias nacionais ou internacionais;
- j) Propor a composição de júris de provas e de concursos académicos;
- k) Praticar os outros actos previstos na lei relativos à carreira docente e de investigação e ao recrutamento de pessoal docente e de investigação;
- l) Eleger um dos seus membros para integrar o Conselho Académico do IPSetúbal;
- m) Dar parecer sobre a nomeação do Director de Curso;
- n) Aprovar a constituição, a extinção e a regulamentação do funcionamento dos Departamentos da ESCE-IPSetúbal;
- o) Aprovar a constituição de outras unidades de carácter científico;
- p) Pronunciar-se sobre todas as questões que lhe sejam submetidas pelo Director da ESCE-IPSetúbal, por sua iniciativa ou por iniciativa dos órgãos competentes do IPSetúbal.

12 – Os membros do CTC não podem pronunciar-se sobre assuntos referentes a:

- a) Actos relacionados com a carreira de docentes com categoria superior à sua;
- b) Concursos ou provas em relação aos quais reúnam as condições para serem opositores.

13 – O Plenário do CTC reunirá:

- a) Ordinariamente, pelo menos uma vez por mês (nº 3, Artigo 27º dos Estatutos da ESCE);
- b) Extraordinariamente por decisão:
 - Do Presidente do CTC, sempre que este o considere necessário;
 - Mediante solicitação subscrita por um terço dos seus membros;
 - A pedido do Director da Escola.

14 – As reuniões do Plenário devem obedecer a dois princípios base:

- Transparência - deverá ser proporcionado, aos docentes da ESCE, um acompanhamento dos temas tratados e decisões tomadas.
- Eficiência - a convocatória e os documentos inerentes à ordem de trabalhos deverão passar pelo secretariado do Órgão, a fim deste poder enviá-los, aos conselheiros, com pelo menos 48 horas de antecedência, com o objectivo de permitir a prévia análise, bem como proporcionar o respectivo arquivo.

15 - A solicitação de pontos para a ordem de trabalhos deve ser efectuada, por escrito, por parte dos órgãos da Escola ou dos membros do CTC, com uma antecedência mínima de 5 dias da data da reunião, devendo ser acompanhada da respectiva documentação de suporte.

16 - A ordem de trabalhos de cada reunião é estabelecida pelo presidente, ouvidos os órgãos da ESCE, nomeadamente Direcção, Departamentos, entre outros e é definida de acordo com a relevância do assunto e a urgência da tomada de decisão. Poderá haver alteração à ordem de trabalhos, nas reuniões ordinárias, desde que aceite por, pelo menos, dois terços dos membros.

17 - As convocatórias devem obedecer aos procedimentos enunciados no Código de Processo Administrativo devendo ser enviadas com uma antecedência que permita a análise e reflexão sobre os temas propostos na ordem de trabalhos, sendo que no limite deverão ser enviadas com pelo menos 48 horas da data da reunião.

18 - O Presidente poderá efectuar uma gestão diferente da ordenação estabelecida na ordem de trabalhos sempre que os motivos invocados e justificados sejam aceites maioritariamente pelos membros presentes no Conselho.

19 - Caso a Ordem de Trabalhos não se tenha esgotado, compete ao Presidente do CTC, propor o momento adequado para a conclusão.

20 - Os documentos de suporte às reuniões do CTC devem ser recepcionados, preferencialmente pela via electrónica, pelo Secretariado do Órgão, com conhecimento ao Presidente.

21 - A presença dos membros nas reuniões plenárias do Conselho Técnico-Científico prevalece sobre as outras actividades, devendo as ausências serem justificadas.

VI - COMISSÃO EXECUTIVA

22 - A Comissão Executiva é constituída pelo:

- a) Presidente do CTC;
- b) Vice-Presidente do CTC;
- c) Secretário do CTC.

23 - São competências da Comissão Executiva:

- a) Assegurar o expediente, nomeadamente no que se refere a:
 - a1) pedidos de equiparação a bolseiro e bolsas de estudo a atribuir a docentes;
 - a2) equivalências e reconhecimentos de graus, diplomas, cursos e componentes de cursos;
 - a3) equivalências de unidades curriculares;
 - a4) ratificação de decisões de reconhecimento e validação de competências;
 - a5) ratificação/parecer sobre decisões de natureza científica tomadas por outros órgãos/júris da Escola de acordo com o previsto nos respectivos regulamentos (ex. júris de concursos locais);
 - a6) aprovar temas e orientadores no âmbito dos cursos do 2º ciclo;
 - a7) outras decisões correntes.

- b) Executar as decisões do Plenário do CTC;
- c) Elaborar as atas das reuniões do Plenário e da Comissão Executiva do CTC;
- d) Divulgar na Escola, pelos meios considerados convenientes, as decisões do Plenário;
- e) Exercer outras competências que lhe forem delegadas pelo Plenário.

VII- DISPOSIÇÕES FINAIS

24 – Propostas de alteração deste RICTC podem ser apresentadas pela Comissão Executiva ou a pedido do CTC, no mínimo de, pelo menos, um terço dos seus membros.

25 – As alterações ao RICTC são aprovadas em Plenário por maioria simples dos membros do CTC.

26 – O RICTC entra em vigor após a sua aprovação em Plenário.

*Aprovado na 89ª Reunião Plenária do Conselho Técnico-Científico
realizada no dia 4 de junho de 2014*

